

Desmatamento Criminoso da Amazônia X Prefeituras Municipais



A Amazônia não é apenas a maior floresta tropical do mundo, mas um estoque de biodiversidade sem igual em todo o planeta, com várias espécies animais e vegetais ainda desconhecidas. A maioria da madeira consumida tem origem ilegal. É preciso mudar já!

Apesar de descritas no Código Florestal, as duas formas de extração de madeira na Amazônia - autorização de desmatamento e Plano de Manejo - têm sido usadas de forma irregular, acarretando elevados índices de destruição para a maior floresta tropical do planeta.

O Brasil vem demonstrando ser incapaz de conter o desmatamento ilegal da Amazônia, a maior floresta tropical do planeta. Entre 2001 e 2003, mais de **cinco milhões de hectares** de floresta foram perdidos, o equivalente a **nove campos de futebol desmatados por minuto**.

A tendência é que a situação se agrave, já que as notícias sobre queimadas irregulares e apreensões de madeira são divulgadas quase diariamente pela imprensa. Entre as maiores ameaças à Amazônia está a indústria madeireira.

Mais de 80% da madeira extraída da Amazônia provém da extração ilegal ou de desmatamentos irregulares. Resta ao mercado brasileiro, que consome mais de 85% deste recurso natural, exigir provas da legalidade e da sustentabilidade da madeira para incentivar o uso racional da floresta.

Como grandes consumidoras de madeira, as **administrações municipais** devem introduzir mecanismos na lei de licitações que **garantam a utilização exclusivamente de madeira de origem legal** – ou seja, comprar madeira legal e sustentável passa a ser uma obrigação prevista em lei.

Há necessidade das prefeituras elaborarem uma lei municipal que proíba o consumo de madeira sem comprovação de origem legal e sustentável. Então a lei é aprovada – na forma de decreto ou projeto de lei e, a partir daí, todas as compras municipais que envolvam madeira da Amazônia, inclusive construções públicas, deverão se adequar a este critério.

A lei é uma maneira de complementar a lei de licitações, garantindo que o **dinheiro público não será usado para financiar a destruição criminosa da floresta**.

A prefeitura de Piracicaba tornou-se a primeira a aderir formalmente ao programa Cidade Amiga da Amazônia, assinando o termo de compromisso em 23 de março deste ano. A atual demanda por produtos florestais é insustentável. Não existem soluções únicas ou simples.

Porém, usar as forças de mercado para promover madeira produzida de maneira sustentável, garantida pela certificação, é uma das alternativas para desenvolver economicamente regiões de floresta levando em consideração aspectos sociais e ambientais.

De forma geral, antes de comprar um produto de madeira, mostre-se interessado pela sua procedência e o manejo florestal que ali se realiza.

Peça ao seu fornecedor garantias de que a extração de madeira não destruiu economias locais, empregou mão-de-obra infantil ou gerou impactos ambientais.

Luiz Antonio Batista da Rocha –Eng. Civil – Consultor em Recursos Hídricos – Auditor Ambiental – rocha@mdbrasil.com.br – www.outorga.com.br – www.rochaoutorga.hpg.com.br